

A discrição do governo e dos quartéis no aniversário do golpe militar

Para Lula, 8 de janeiro virou ato de defesa da democracia e não mais 31 de março

Há 61 anos os militares tomaram o poder e instalaram um regime autoritário no país, que fora sucumbido em 1985. O dia 31 de março ficou marcado na história do país como aquele em que forças civis e políticas se uniram para depor o então presidente Joao Goulart e afastar o fantasma do comunismo das terras tupiniquins. O que aconteceu ao longo dos anos de ditadura muitos já sabem. Porém, a data fica marcada e, dependendo do governo que está no Palácio do Planalto, ela é celebrada ou fica nos recônditos dos quartéis militares.

Desde que Lula assumiu o poder, os comandantes das Forças Armadas decidiram manter a estratégia de ignorar o aniversário do golpe militar. O acordo prevê que a data não seja comemorada nos quartéis nem repudiada pelo governo. O silêncio é parte do esforço do ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, de conciliar as demandas do governo petista com os ânimos dos militares.

A discrição da data este ano é considerada ainda mais relevante diante da ofensiva do STF (Supremo Tribunal Federal) de rediscutir a amplitude da anistia concedida na ditadura militar (1964-1985).

O tema voltou à pauta como resultado da repercussão do filme "Ainda Estou Aqui", de Walter Salles, vencedor da categoria de melhor filme internacional no Oscar.

Eventuais celebrações da data, segundo dois generais ouvidos pela reportagem, devem ficar restritas aos círculos militares da reserva.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

O ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, tem sido um ótimo articulador das políticas de Lula e dos militares para ter silêncio na data

O Clube Militar vai realizar um almoço em comemoração ao que chama de "movimento democrático de 31 de março de 1964". O evento ocorre no Rio de Janeiro, tem custo de R\$ 100 por pessoa e contará com discurso do desembargador aposentado do DF Sebastião Coelho.

De outro lado, petistas históricos como José Dirceu e José Genoíno devem participar de um evento em São Paulo, na segunda-feira, para discutir os impactos da ditadura militar na sociedade brasileira.

Já a ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo (PT), estará fora de Brasília. Ela viaja a Belo Horizonte para uma homenagem aos de-

fensores dos direitos humanos promovida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. No dia 24 de março, a ministra fez um pedido de desculpas às famílias de mortos e desaparecidos da ditadura.

Um integrante do Ministério da Defesa disse, sob reserva, que Mucio nem sequer precisou reunir os comandantes das Forças para pedir que o aniversário do golpe militar não fosse comemorado.

A percepção dessa autoridade é que o ministro da Defesa está tão afinado com os chefes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica que não foi preciso passar uma ordem expressa para que o acordo de silêncio fosse mantido.

Celebração da data no governo Bolsonaro

Nos quatro anos de governo Bolsonaro, o Ministério da Defesa publicou ordens do dia em celebração ao golpe militar de 1964. A comemoração foi uma ordem dada pelo ex-presidente.

"Nosso presidente já determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações devidas com relação ao 31 de março de 1964 incluindo a ordem do dia, patrocinada pelo Ministério da Defesa, que já foi aprovada pelo nosso presidente", disse em 2019 o então porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros.

Desde então, os à época ministros Fernando Azevedo e Walter Braga Netto divulga-

ram comunicados sobre o dia, que foram lidos nos quartéis e em eventos militares marcados para 31 de março.

Azevedo escreveu que "o movimento de 1964 é um marco para a democracia brasileira. Muito mais pelo que evitou".

E completou: "A sociedade brasileira, os empresários e a imprensa entenderam as ameaças daquele momento, se aliaram e reagiram. As Forças Armadas assumiram a responsabilidade de conter aquela escalada, com todos os desgastes previsíveis".

Braga Netto, depois, foi ainda mais incisivo em sua manifestação. Ele disse que a ditadura militar merece ser "celebrada".

"O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março."

8 de janeiro ofuscou 31 de março para o governo Lula

Do lado do governo Lula, a avaliação é que a data para fazer eventos em defesa da democracia deixou de ser 31 de março e passou a ser 8 de janeiro, em referência aos ataques contra as sedes dos Poderes ocorridos em 2023.

As cerimônias alusivas à depredação na praça dos Três Poderes, porém, também têm sido motivo de desgaste na relação entre Lula e os militares. Parte pelo fato de Mucio e os comandantes tentarem virar a página, parte pelas acusações contra oficiais-generais por participação na trama golpista do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Aliados de Lula passaram a repassar o vídeo de uma entrevista dada por Mucio em setembro de 2023 para a CNN Brasil em que o ministro diz que o Brasil precisa reconhecer que não houve golpe de Estado naquele ano por oposição das Forças Armadas.

"Em todos os golpes que você vê na história vão as Forças Armadas na frente e o povo apoiando atrás. O que aconteceu em 8 de janeiro foi uma absoluta baderna patrocinada por alguns irresponsáveis. Não havia uma liderança, não havia uma palavra de ordem [...] A postura das Forças Armadas foi uma postura absolutamente responsável", diz o ministro no trecho.

Com informações de Cátia Seabra e César Feitosa (Folhapress)

ONU avalia se há no país ações contra os crimes da ditadura

O Brasil receberá entre os dias 30 de março e 7 de abril o relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Promoção da Verdade, Justiça, Reparação e Garantias de Não Repetição. Bernard Duhaime vai avaliar se o país tem promovido ações concretas em relação aos crimes cometidos durante a ditadura militar (1964-1985).

Nesse período, Duhaime se reunirá com autoridades estatais, representantes de organizações da sociedade civil, vítimas, acadêmicos e outros profissionais em Brasília, em São Paulo e no Rio de Janeiro. O representante das Nações Unidas avaliará medidas quanto à verdade, justiça, reparação, construção da memória e garantias de não repetição de crimes adotadas pelas autoridades brasileiras sobre violações de direitos humanos.

O cronograma prevê entrevista coletiva no dia 7 de abril, no Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), no Palácio do Itamaraty. Na ocasião, serão compartilhadas as primeiras impressões da visita. O relatório final está previsto para ser apresentado em setembro ao Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Especialistas em procedimentos especiais atuam de forma voluntária – não são



Juan Seguí Moreno/Divulgação

Representante das Nações Unidas fica no país do dia 30 a 7 de abril

funcionários da ONU, nem recebem salário pelo trabalho. São independentes de qualquer governo ou organização, o que inclui o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

País já foi condenado duas vezes

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) é o principal tribunal internacional voltado para os direitos humanos ao qual o Brasil está submetido. Até o momento, o país foi condenado duas vezes por violações

de direitos ocorridas durante a ditadura militar.

No primeiro, em novembro de 2010, o tribunal condenou o país pela atuação na Guerrilha do Araguaia. O entendimento é de que houve violações de direitos humanos pelo desaparecimento forçado, tortura e execução extrajudicial de militantes políticos que lutavam contra o regime militar no centro-norte do país. Os responsáveis pelos crimes nunca foram a julgamento. Um deles foi Sebastião Curió Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió, comandante das

ações na região do Araguaia, que morreu em 2022 sem ter sido condenado.

No segundo caso, em março de 2018, a Corte IDH declarou o país culpado pela morte do jornalista Vladimir Herzog. Durante a ditadura militar, em 1975, Herzog foi preso, torturado e assassinado por agentes do governo. Na ocasião, também foi forjado o suicídio do jornalista, por meio de uma perícia fraudulenta. Ninguém foi responsabilizado pelo crime.

Por Rafael Cardoso (Agência Brasil)

Ato no Rio celebra memória de Rubens Paiva

Movimentos sociais e organizações de direitos humanos participaram, na quinta-feira (27), do ato Ocupa Rubens Paiva: Tortura Nunca Mais, em frente ao 1º Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro, antiga sede do DOI-Codi.

O endereço foi um centro de prisão ilegal, tortura e morte durante a ditadura militar, implantada pelo golpe de 1964. No local, presos políticos foram torturados e assassinados, entre eles, o engenheiro e parlamentar Rubens Paiva.

O ato também lembrou os 10 anos da inauguração do busto em homenagem a Rubens Paiva na praça Lamartine Babo, em frente ao prédio do Exército, pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio (Senge-RJ) e pela Comissão Estadual da Verdade.

Além disso, reforçou uma

pressão sobre o poder público para que a antiga sede do DOI-Codi seja transformada em um Museu da Memória, dedicado às vítimas da ditadura militar. O Iphan já se manifestou sobre o assunto, ao dizer que a prioridade do órgão em 2025 é o processo de tombamento do prédio. O posicionamento segue recomendação do Ministério Público Federal (MPF) para avançar no tombamento, que tramita no Iphan desde 2013. Participaram do evento as entidades SOS Brasil Soberano, Clube de Engenharia, Levante Popular da Juventude, Frente Internacionalista dos Sem Teto, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Grupo Tortura Nunca Mais, União de Negras e Negros pela Igualdade, União Brasileira de Mulheres, Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Tânia Rêgo/ Agência Brasil



Evento foi realizado em frente à antiga sede do DOI-Codi